

QUESTÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: considerações para uma análise históricoconcreta

Ermildes Lima da Silva¹ Maria Adriana da Silva Torres²

RESUMO: O presente artigo visa analisar a questão social na América Latina a partir de seus fundamentos sócio-históricos à luz do materialismo histórico-dialético. As reflexões apresentadas baseiamse no estudo teórico, de cunho bibliográfico a partir das elaborações marxianas e do pensamento social latino-americano. Em síntese, desvela-se a relação dialética entre passado, presente e futuro, de uma formação social particular que se constituiu a partir do colonialismo, da escravidão, da dependência e da *superexploração* da força de trabalho, coadunando com o movimento do real no contexto totalizante das relações de exploração do capitalismo mundial.

Palavras-chave: questão social; América Latina; dependência.

ABSTRACT: This article aims to analyze the social issue in Latin America from its socio-historical foundations in the light of historical-dialectical materialism. The reflections presented are based on a theoretical study, of a bibliographical nature, based on Marxian elaborations and on Latin American social thought. In summary, the dialectical relationship between past, present and future is revealed, of a particular social formation that was constituted from colonialism, slavery, dependence and overexploitation of the workforce, in line with the movement of the real in the context totalization of the relations of exploitation of world capitalism.

Keywords: social issue; Latin America; dependency.

1. INTRODUÇÃO

O debate acerca da questão social³ é um campo complexo, pela própria complexidade que a envolve enquanto fenômeno econômico-social. Notadamente, no Serviço Social brasileiro há um acúmulo crítico sobre o tema que ganhou densidade a partir da década de 1980, no bojo do processo de renovação crítica da profissão. O

³ Netto (2001) ao abordar sobre as bases conservadoras da questão social faz uso da expressão entre aspas para demarcar sua diferenciação com o pensamento revolucionário. Consideramos que este debate já ganhou um salto qualitativo significativo nos estudos sobre a questão social e que, dado o desenvolvimento das reflexões contidas neste trabalho, é notória que é sob o pensamento revolucionário que propormos o seu debate, assim optamos por usar a expressão sem as aspas.













¹ Universidade Federal de Alagoas. Doutoranda em Serviço Social; ermildeslima@gmail.com

² Universidade Federal de Alagoas. Doutora em Sociologia (UFPE); atorres@fsso.ufal.br



reconhecimento das profícuas análises teóricas sobre o tema não deve ser tomado, portanto, como temática esgotada, cristalizada e sem mediações.

Um mergulho nas elaborações teóricas sobre o tema, evidencia que há plurais e divergentes chaves analíticas para o estudo da questão social. Afastado de uma lógica formal abstrata - marcada por linearidades - o conhecimento dialético é construído historicamente, por aproximações sucessivas do real que se desdobram, ampliam e aprofundam. De tal modo, o reconhecimento da questão social intrinsecamente atrelada ao processo de acumulação capitalista, conforme já elucidado por Netto (2001) e lamamoto (2001), nos exige situá-la no solo histórico das contradições e antagonismos desta sociedade, o que não quer dizer que devemos conceber sua historicidade de modo indiferenciado.

Demarcamos os incontornáveis avanços nas pesquisas sobre questão social, e, reconhecemos que há elementos que carecem de melhor explicitação para apreensão dos seus fundamentos histórico-concretos na particularidade do capitalismo dependente, enquanto capitalismo sui generis (MARINI, 2000). Não defendemos a existência de outra questão social nestes trópicos, e sim que no capitalismo dependente e periférico há tendências e relações que lhes são particulares, devendo ser consideradas para uma apropriação concreta das relações contraditórias entre capital e trabalho.

Há um percurso interessante de estudos recentes realizados por pesquisadoras/es do Serviço Social brasileiro que ampliam e recolocam em debate a origem da questão social na América Latina, especialmente no Brasil, ao situá-la a partir da formação social e ao lançar críticas aos limites das interpretações essencialistas baseadas em transposições de realidades e abstrações genéricas que não a explicita em seu movimento concreto.

Este artigo tem a pretensão de analisar a questão social na América Latina a partir de seus fundamentos, não é, contudo, um percurso inédito, soma-se aos estudos das particularidades da questão social na América Latina, sobretudo ao situála na formação social do capitalismo dependente. A partir do arcabouço da teoria













marxista clássica e do pensamento social latino-americano, apresentamos categorias e sínteses teóricas com o intento de contribuir com o adensamento das pesquisas e estudos sobre o tema.

2. FUNDAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE

O exercício de situar a questão social a partir da processualidade histórica e concreta da América Latina nos coloca diante do desafio de apreender as particularidades que o capitalismo assume na periferia e as múltiplas e recíprocas determinações das lutas de classes neste solo. Isso significa demarcar duas dimensões organicamente vinculadas. A primeira, informa que o capitalismo enquanto modo de produção e reprodução social não se constitui uniforme e linearmente em diferentes regiões e períodos históricos. A segunda, que as lutas de classes não ocorrem a partir do vazio, destituídas de existência objetiva, "como simples categorias nominais construídas a partir de um esquema lógico-formal aplicável a qualquer sociedade" (CUEVA, 2021, p. 61).

Essas duas dimensões, exige-nos ainda uma acepção sobre a América Latina: esta não constitui uma unidade sem diferenciação, há especificidades em cada país que a compõe, como espaço sócio-histórico permeado por contradições. Em síntese, a América Latina é uma unidade contraditória com uma formação socioeconômica particular, cuja unidade na diversidade é a *dependência*. Sobre o caráter contraditório das economias que compõem a América Latina, Carcanholo argumenta (2014, p. 06):

[...] tem uma inserção específica na divisão internacional do trabalho, fruto da formação histórica do capitalismo mundial, que confere a todas suas economias, em distintos graus, um mesmo caráter, um caráter dependente frente à lógica de acumulação de capital mundial. A dependência é o que constitui a unidade da América Latina, o que não exclui as especificidades de seus membros.

A dialética do desenvolvimento capitalista na América Latina e, as condições objetivas e subjetivas da origem e desenvolvimento da classe trabalhadora, é manifesta na intensa contradição entre produção de riquezas e a miséria dos seus













trabalhadores. Decerto que esta não constitui uma realidade própria dos países de *Nuestra América*, conforme já minuciosamente analisado por Marx no capítulo 23 do livro *O Capital*. Ao desvelar as determinações da pauperização dos trabalhadores e trabalhadoras, o autor evidencia que a "acumulação riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto" (MARX, 2017, p. 721).

Conforme Netto (2001, p. 45), a análise de Marx acerca da *lei geral* da acumulação capitalista, "revela a anatomia da "questão social", sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios". A *lei geral*, apresentada enquanto tendencial, não opera destituída de história e objetividade, vez que "precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza". Sistemas nos quais, "mesmo dado o seu caráter universal e mundializado da "lei geral" objetivam-se particularidades culturais, geo-políticas e nacionais" (NETTO, 2001, p. 48).

Considerando o chão histórico da América Latina, Marini (2017, p. 63) nos informa que "a lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade". A compreensão do processo de acumulação capitalista nestes trópicos, exige o debate crítico acerca do capitalismo dependente, entendido como um capitalismo sui generis (MARINI, 2000) que se desenvolve a partir do desenvolvimento desigual e subordinado ao mercado mundial. Nesse sentido, os países de capitalismo dependente, dentro da lógica global do capital, se inserem de forma complementar e subsidiária às economias centrais.

Vale destacar que ao abordarmos o capitalismo dependente não estamos falando de um capitalismo inacabado em função da persistência do atraso ou do passado e/ou disforme. Trata-se de um capitalismo completo, sob formas particulares de inserção subordinada e dependente nos marcos do desenvolvimento capitalista como sistema mundial. Nos termos de Osorio:









REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

El capitalismo se constituye así en *universalidad diferencia*, lo que exige de *nuevos conceptos y categorías* para ser aprehendido, en la medida que en dicho hacerse se integran procesos y relaciones que redefinen el universal, y porque los particulares generan diversidad real, novedad efectiva de lo distinto, haciendo del capitalismo *unidad de lo diverso* (OSORIO, 2013, p. 20, grifo do autor).

O capitalismo *sui generis* constitui-se como modo particular no bojo da "universalidade diferenciada" do capitalismo. Nestes termos, lançamos luz a categoria dependência, identificada, como uma relação de "subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência" (MARINI, 2000, p. 141).

Essa concepção de dependência é fundamental por centrar o movimento de inserção no sistema capitalista mundial, se afastando de leituras dualistas que buscam atribuir a persistência do "arcaico" na América Latina diante do "moderno", característico dos países do centro capitalista. Nessas leituras, o horizonte seria avançar na modernização com a implantação de inovações tecnológicas e expansão da economia para superar o atraso, e, efetivamente, alcançar o desenvolvimento, tomando-o como uma etapa a ser conquistada dentro do próprio capitalismo. A superação da dependência carece de uma transformação nas condições estruturais que geram e alimentam a reprodução das relações capitalistas.

Essa dinâmica hierárquica entre centro e periferia, posiciona a função que cada um exerce na divisão internacional do trabalho, de modo que o capitalismo como sistema universal integrado, abarca diversificadas formas particulares de concreção. Conforme expresso por Marini (2012, p. 47): "a história do subdesenvolvimento latinoamericano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial".

A inserção da América Latina e, de modo singular do Brasil, na divisão internacional do trabalho, ocorreu mediante a exploração colonial. Enquanto um processo imbricado e dialeticamente contraditório. O desenvolvimento capitalista nos países centrais ocorreu mediante expropriações dos meios de produção e subsistência, da exploração de povos originários, de violências e escravização nos













países latino-americanos. A devida apreensão dos fundamentos da questão social não pode passar ao largo da compreensão desses processos que não apenas a constituem, quanto a determinam historicamente.

Convém ressaltar a função primordial que a colonização cumpriu, de onde toda riqueza apropriada, sobretudo pela escravização de povos, serviu para o desenvolvimento do comércio europeu. São pertinentes os estudos de Prado Jr. (2011), Octavio lanni (1978) e Eric Williams (2012) ao relacionar o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais a partir de um intenso processo de colonização e escravização no "Novo Mundo".

Decerto, o processo de acumulação primitiva tal como conhecemos na Europa, difere da acumulação que aconteceu na periferia do capitalismo. Enquanto na realidade europeia as "condições histórico-estruturais básicas para a formação do capitalismo industrial" (IANNI, 1978, p. 4) desenvolviam-se a partir de um intenso processo de expropriação da propriedade e dos meios de subsistência dos trabalhadores para generalização do trabalho livre, na América Latina e nas Antilhas ocorria um intenso processo de escravização. De modo que, a emergência do trabalhador livre assalariado na Europa relaciona-se diretamente com a prevalência da exploração escravocrata nas colônias das Américas e nas Antilhas. O ponto central de diferenciação da acumulação no centro e na periferia é que, além de um processo interno de expropriação, também dispôs da expropriação na própria periferia

Diante das sistematizações já apresentadas, evidencia-se que os processos históricos engendrados no centro e na periferia do capitalismo implicam determinações particulares à lei geral da acumulação no capitalismo dependente, e mesmo, diferencia o próprio processo de acumulação primitiva de capital. Nessa esteira, a análise da questão social nesses trópicos carece que seja elucidada um conjunto de determinações particulares, fundamentais para situar histórica e concretamente à sua gênese. Convém, dentre esses determinantes, remeter a superexploração da força de trabalho, essencial ao modo característico de reprodução do capitalismo dependente.











Marini (2000), ao trabalhar com a categoria superexploração, expõe a dinâmica fundamental da produção do valor no capitalismo dependente, a qual constitui o processo de acumulação do capital e coloca para o processo produtivo formas particulares de extração da riqueza. Nas economias do centro, a acumulação baseiase, especialmente, no desenvolvimento das forças produtivas. Todavia, nas economias dependentes é na exploração acentuada da força de trabalho que se tem as bases do processo de acumulação existente. Nas palavras do próprio autor: "chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador" (MARINI, 2000, p. 132).

A superexploração da força de trabalho exige-nos remeter as duas formas tradicionais de extração da mais-valia: a mais-valia absoluta, caracterizada pela prolongação da jornada de trabalho, e, a mais-valia relativa que se dá pela intensificação do trabalho. Segundo Marini (2000), há mais um recurso usado pelo capital no capitalismo dependente, marcado pela expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Significa que a remuneração dos(as) trabalhadores(as) ocorre abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho. Sobre a categoria, o autor nos informa:

É necessário observar além disso que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2000, p. 126).













Dada algumas críticas⁴ externadas por campos da esquerda marxista a categoria *superexploração*, vale demarcar que aqui a assumimos como uma categoria específica das economias dependentes, uma vez que a sua inserção subordinada na dinâmica mundial requer algum tipo de mecanismo de compensação - de transferência de valor entre as economias periférica e central (CARCANHOLO, 2013).

Assim, ao entendermos que a relação capital e trabalho é fundamentalmente constituída pela exploração, nas sociedades de capitalismo dependente ela é aprofundada, de onde tem-se um processo de pauperização aguda, marcado pela alta concentração de riqueza e agravamento permanente das refrações da questão social.

3. *O AQUI, O AGORA E O ANTES*: ELEMENTOS HISTÓRICO-CONCRETOS DA QUESTÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Octavio lanni (2011, 399), no breve texto "A construção da categoria", nos provoca ao elucidar que "toda a reflexão sobre a realidade social resgata o aqui, o agora e o antes, e o daqui a pouco", de modo que o conhecimento do presente requer uma apreensão do passado, em uma dialética presente-passado e passado-presente. O passado, entretanto, não é concebido como um mero *o que foi,* numa simples cronologia, superado em si; ele é "responsável pela constituição", determinante para o agora e o por vir.

O conjunto de relações que se (re)produzem entre o passado, presente e o futuro, é um processo de síntese necessária para situar e apreender a questão social como objeto de estudo e fenômeno econômico-social. De modo que a análise das características particulares do desenvolvimento capitalista e do movimento de

⁴ Há variados debates acadêmicos sobre o significado e crítica a categoria superexploração, principalmente, a partir da crise estrutural do capital em 1970.Dentre as críticas tem-se àquela que atribui a inexistência da categoria na obra marxiana, e que seria por sua vez apenas uma elevação da taxa de mais-valia presente de modo universal em todo o capitalismo não podendo ser considerada uma especificidade das economias dependentes. Seria uma característica geral do capitalismo já abrangida pela categoria marxiana da exploração.









APOIO







constituição e reprodução das classes sociais em determinados períodos históricos não são meros acessórios à sua compreensão.

A questão social, desde uma perspectiva hegemônica no Serviço Social brasileiro, é entendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais forjadas na sociedade capitalista madura, impensável sem a mediação do Estado, cuja origem assenta-se no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada do trabalho e das condições necessárias à sua realização e aos seus frutos. É assim, um processo de desigualdade e rebeldias, relacionado estreitamente às lutas desencadeadas pela classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2001).

Na crítica radical⁵ aos fundamentos da questão social, Netto (2001, p. 45) informa que "o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a questão social - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social". Ao tomar pela raiz, apreende-se que a questão social está essencialmente vinculada ao desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, o ponto de investigação que se apresenta como problema teórico, consiste em determinar de modo concreto a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração.

Ao retornarmos a lamamoto, e na nossa leitura há ponto de convergência entre ela e o autor supramencionado, é importante a crítica e atenção despertada pela autora, quanto a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas concretas que esta assume, porém, sem cair na "pulverização da questão social, típica da ótica liberal [...] na autonomização de suas múltiplas expressões [...] em detrimento da perspectiva de unidade" (IAMAMOTO, 2001, p. 18). Todavia, evidenciar apenas suas determinações gerais em níveis de abstração, mostra-se insuficiente se a busca é explicitá-la no seu movimento concreto, remetendo a armadilha, de "aprisionar a análise em um discurso genérico, que redunda em uma visão unívoca e

⁵ Radical é entendido aqui a partir da proposição de Marx, quando nos diz que "ser radical é tomar as coisas pela raiz. Ora, a raiz do homem é o próprio homem" (MARX, 2013, p. 151). Aqui advém as bases para a crítica e, necessariamente, pela transformação social.















indiferenciada da questão social, prisioneira das análises estruturais, segmentadas da dinâmica conjuntural e da vida dos sujeitos sociais" (IAMAMOTO, 2001, p. 18).

Dos estudos mais recentes que problematizam a questão social, há uma crítica pertinente e que adquire conexão com os elementos acima apresentados. Consiste na tendência de estudos que ao propor analisar a questão social na América Latina, dentro da dimensão da particularidade, centram a atenção à descrição das suas expressões mais imediatas, tais como o desemprego, desigualdade, pobreza dentre outras, e não nos seus fundamentos, vinculados à dinâmica da reprodução capitalista dependente (GOUVEA, 2018; MARA, BEZERRA, 2021).

Uma retomada à origem da questão social no Brasil, especialmente, a partir das elaborações hegemônicas do Serviço Social, localiza sua emergência no início do século XX, precisamente a partir de 1930, ligada a ampliação do trabalho assalariado e o ingresso dos trabalhadores e trabalhadoras na cena política. Contudo, permanece em muitas leituras, a associação da origem da questão social com a chegada dos imigrantes europeus e suas experiências anarquistas, como elemento decisivo na formação da classe trabalhadora brasileira. Vale ainda mencionar que essa dinâmica encontra semelhanças com o processo histórico de industrialização dos países como Argentina, México e Chile, fortemente vinculada ao setor agrário-exportador e com a presença de imigrantes europeus.

No intento de contribuir com o debate, embora no reconhecimento que os fundamentos da questão social na formação social brasileira ainda carecem de adensamento teórico, situamo-nos dentro da proposta de pensar a formação da classe trabalhadora brasileira com raízes desde o período escravista. Acrescentamnos ainda que o escravismo marcou profundamente o conjunto de relações econômico, sociais e ideológicas que aqui se reproduziram e que, portanto, não pode ser ignorado ou secundarizado para compreender as relações entre capital e trabalho.

A problemática de situar a questão social brasileira no pós-1930 apresenta uma lacuna histórica de quase quatrocentos anos de escravidão e do longo processo de transição para o trabalho livre assalariado, esse que "não é outra coisa senão um













processo. Datá-lo nas primeiras décadas do século XX é tomar seu ponto de partida como ponto de chegada" (MARA, BEZERRA, 2021, p. 119). São contundentes as críticas e a proposição para se repensar as bases histórico-concretas da questão social no Brasil e, ainda, sobre a própria dinâmica da constituição das relações de trabalho na América Latina.

A transição entre a formação social escravista e o desenvolvimento do capitalismo dependente demarca uma coetaneidade de relações sem grandes rupturas com as contradições e relações sob a qual estava assentada a América Latina desde a colonização. Esse processo evidencia ainda a vinculação direta entre a burguesia dependente e o Estado, cujo aparato coercitivo foi (e continua sendo) amplamente acionado como um instrumento particular de defesa dos interesses burgueses. Fernandes (2009, p. 64) alude a vinculação substancial entre as funções políticas e econômicas das burguesias latino-americanas e o uso do Estado para atingir seus objetivos, "[...] isso ocorre porque, sob o capitalismo dependente, a burguesia não pode realizar-se como classe e impor sua hegemonia de classe de outra maneira".

Outro ponto ligado a demarcação da gênese da questão social nos anos 1930, que no nosso entendimento apresenta alguns limites, relaciona-se à apreensão sobre as formas de lutas e resistência da classe trabalhadora. A interpretação da organização política dos/as trabalhadores/as a partir do advento da chegada dos imigrantes sob influência anarquista e sindical, revela uma ótica sob influência europeia. As primeiras formas de organização política e de resistências de trabalhadores e trabalhadoras, conforme estudos de Moura (2014a; 2014b) não datam do início do século XX, mas sim, no Brasil Colônia, cujo antagonismo no sistema escravista foi marcado pelas relações entre senhores e escravizados.

Nesse horizonte, a compreensão da conformação das lutas de classes na América Latina e, de modo singular no Brasil, perpassa por considerar a realidade da população negra na transição do trabalho escravo e livre. Sobre esse aspecto, Marcelo Bardaró Mattos contribui:











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada consciente de si sem levar em conta as lutas de classe — e os valores e referências — que se desenvolveram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes de pessoas. (MATTOS, 2009, p. 54-55).

As lutas de classes sob o capitalismo dependente envolvem as condições objetivas - dadas pelas relações sociais de produção, que opõe os produtores diretos, àqueles que detendo os meios de produção, exploram aqueles que nada possuem a não ser a própria força de trabalho como mercadoria. Quanto às condições subjetivas - expressas na consciência social de sua posição de classe e da capacidade política de mobilização em prol dos seus interesses frente a classe antagônica. Desta feita, na particularidade histórica que tomamos aqui, não só pelas relações de produção peculiar ao capitalismo dependente, quanto pelos valores, referências ideopolíticas e culturais, a conformação da classe trabalhadora, bem como o seu fazer histórico nas lutas de classes trazem a marca do processo de colonização e escravidão.

A simultaneidade entre trabalho escravo e trabalho livre, conforma um amálgama que marca estruturalmente a história do trabalho e o fazer-se da classe trabalhadora brasileira, especialmente na luta contra o então decadente escravismo e o nascente capitalismo dependente. Ademais, objetivamente, no processo de assalariamento da força de trabalho no Brasil ocorreu segregação étnica e racial, explicada na preferência pela força de trabalho imigrante em determinados centros produtivos, enquanto a população negra encontrou variadas barreiras para inserção no mercado de trabalho.

No pós-abolição, já no capitalismo dependente, a divisão internacional do trabalho opera de forma interligada a divisão sexual e racial do trabalho, donde o sexismo e racismo tornam mediações fundamentais à organização do trabalho subordinado ao capital (SOUZA, 2023). O racismo e o sexismo operam dinâmicas de ocultamento e naturalização do trabalho expropriado e do rebaixamento do montante pago pelo trabalho para abaixo do valor da força de trabalho.













Nesse sentido, ao abordarmos a *superexploração* da força de trabalho, e mais, a própria constituição da questão social, é necessário que a dinâmica racial e de sexos sejam evidenciadas. Conforme sustenta Souza (2023, p.18), o racismo é um elemento "determinado e determinante da dinâmica da superexploração da força de trabalho", uma vez que, "como mecanismo de dominação ideológica institui a existência do negro e do indígena como cidadãos repelidos, mas que é parte da contenção da própria luta de classes" (SOUZA, 2023, p. 26).

As condições histórico-concretas do desenvolvimento capitalista na América Latina, e diretamente no Brasil, radicaliza a questão social *em si*, nos seus fundamentos e desenvolvimento pelas considerações já apresentadas até aqui. Desse modo, a análise da questão social nesse território não pode prescindir da consideração de todo o sistema de dominação e exploração reproduzido ao longo da formação socioeconômica, o quanto ele determina a particularidade das relações entre capital e trabalho, ao tempo que se constitui como terreno de luta dos "de baixo", por aqueles e aquelas que constituem a franja social que carregam no sangue e suor os mecanismos de resistência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da questão social a partir de sua dimensão histórico-concreta requer situá-la no movimento dinâmico que assume a (re)produção capitalista em dadas formações sociais e das lutas sociais que nelas se forjam. Tratando da América Latina, é fundamental remeter ao capitalismo *sui generis* e as particularidades das formações sociais dependentes, vez que sua dinâmica interna e externa agudizam as contradições entre produção, distribuição e apropriação do trabalho.

Na chave interpretativa que buscamos elucidar, reafirmamos que a questão social tem seu fundamento na lei geral da acumulação capitalista e que esta se reproduz por mediações históricas dentro de complexas processualidades entre o universal e particular. Assim, a consideração da questão social na América Latina adquire maior densidade ao apreendermos o capitalismo dependente. Implica















afirmarmos que não é a apreensão da questão social que nos faz desvendar o capitalismo dependente, mas o contrário. Retomar os seus fundamentos possibilita apreender as determinações da questão social nestes trópicos, principalmente no contexto de aguçamento das suas refrações, no marco da década de 1970, com a crise estrutural do capital.

O campo dos estudos sobre questão social vem despontando como uma importante agenda de pesquisas, sobretudo ao (re)colocar em debate sua emergência na América Latina, e especialmente no Brasil. A rigor, ao demarcarmos a hipótese de sua gênese anteceder o início do século XX, não é por mero efeito casual, e sim pela consideração ao desenvolvimento do capitalismo dependente em meados do século anterior, bem como pelo processo de formação e resistência da classe trabalhadora e seu fazer-se histórico nas lutas sociais.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, M. D. Desafios e perspectivas para a América Latina do Século XXI. Argumentum, v. 6, n. 2 jul-dez, p. 06-24, 2014. Disponível em: https://redalyc.org/pdf/4755/475547143002.pdf. Acesso em: 10 de mai. 2023.

CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, p. 191–205, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/9TDwhqwZ4nkByxJpFp5VJ3L/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 de mai 2023.

CUEVA, A. *A teoria marxista:* categorias de base e problemas atuais. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

GOUVEA, M. M. de M. Marxismo, questão social e capitalismo dependente. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE SERVIÇO SOCIAL, 2018, Vitória/ES. *Anais eletrônicos do XVI Encontro de Pesquisadores de Serviço Social.* Vitória, 2018, p.1-16. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22121/14629 . Acesso em: 05 de jun. 2023.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília (ES):Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jul.2001.











IANNI, O. A construção da categoria. *Revista HISTEDBR* On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr 2011. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ianni-201804131230457141340.pdf . Acesso em 15 de maio de 2023.

IANNI. O. Escravidão e Racismo. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARA, E.; BEZERRA, L. A busca como medida: a questão social na formação social brasileira. *Temporalis*, v. 21, n. 42, p. 110–125, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p110-125. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36512. Acesso em: 05 jun. 2023.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular, 2017.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política, livro 1. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução Rubens Enderle, Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, M. B. Trajetória entre fronteiras: o fim da escravidão e fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis v. 1, n. 1, janeiro-junho, 2009.

MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014b.

MOURA, C. *Rebeliões da Senzala*: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibald / Fundação Maurício Grabois, 2014a.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da "questão social". *Temporalis.* Brasília(ES):Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jul.2001.

PRADO JR, C. Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, C. L. S. de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. *Serviço Social e Sociedade*, n. 146, vol. 1, jan-abr. 2023, p. 16-35. Disponível em:_https://doi.org/10.1590/0101-6628.

WILLIAMS, E. Capitalismo e escravidão. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.







APOIO



